

PARECER TÉCNICO N.º 146/2024

Número do Processo	Fase do processo
28834/2024	Declaração de Atividade não Constante

Legislação e referências consultadas

- Lei Complementar Federal n.º 140/2011 – Da competência do Licenciamento Ambiental.
- Lei Complementar Municipal n.º 131/2022 – Zoneamento Ecológico-Econômico Municipal.
- Lei Complementar Municipal n.º 048/2016 – Plano Diretor Municipal.
- Lei Complementar Municipal n.º 050/2016 e suas alterações – Código de Posturas.
- Lei Complementar Municipal n.º 049/2016 e suas alterações – Código de Obras
- Lei Municipal n.º 1.275/2023 - Institui o Parque Natural Municipal Carijós – PNMC
- Lei Municipal n.º 676/2016 e suas alterações – Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano do município.
- Resolução CONAMA n.º 001/1990 – Emissão de Ruído.
- Resolução CONSEMA n.º 099/2017 e suas alterações – Aprova a listagem das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental.
- ABNT NBR 10151:2019 e suas alterações – Acústica – Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas.
- Portaria n.º 229/2019/IMA -SC - Tornar pública, conforme o Anexo I desta portaria, a listagem de CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) das Atividades não sujeitas ao Licenciamento Ambiental no Estado de Santa Catarina.
- Portaria n.º 106/2020/IMA-SC - Tornar pública, conforme o Anexo I desta portaria, a listagem de CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) das Atividades sujeitas ao Licenciamento Ambiental no Estado de Santa Catarina, que deixam de fazer parte do Anexo I da Portaria IMA N.º 229, de 04 de novembro de 2019.

Objetivo do parecer

Análise do requerimento de Declaração de Atividade não Constante referente à Construção dos blocos II e III da Sede Administrativa do Parque Natural Municipal Carijós, Bairro Samambaial, Itapoá – SC.

Dados do empreendedor/correspondência

Nome: Prefeitura Municipal de Itapoá		
CPF/CNPJ: 81.140.303/0001-01		
Endereço: Rua Mariana Michels Borges, n.º 201, Itapema do Norte		
CEP: 89360-730	Município: Itapoá	Estado: SC

Dados do empreendimento/atividade

Nome: Sede Administrativa do Parque Natural Municipal Carijós		
Endereço: Travessa 739 Carijós, n.º 206		Bairro: Samambaial
CEP: 89361-366	Município: Itapoá	Estado: SC
Coordenadas Planas UTM – (X) 737116.50 m E (Y) 7114825.62 m S		

Código e Atividade

Atividade não constante: Edificação Comercial (Administração Pública)

Processos vinculados

Não há.

Licenças vinculadas

Não há.

Histórico de Licenças

DANC n.º 077/2023/SEMAI.

Unidade de Conservação

Parque Natural Municipal Carijós (Lei Ordinária 1.275/2023)

Zona / Área

Zona de Proteção Ambiental - ZOPAM (Lei n.º 676/2016 e Lei n.º 131/2022)

Responsável Técnico

Decio Furtado de Souza Junior – Arquiteto e Urbanista - CAU/BR n.º 00A1923501 - RRT n.º 12203212.

Caracterização do empreendimento

Conforme documentos apresentados, trata-se da implementação da Sede Administrativa do Parque Natural Municipal Carijós. A edificação é prevista para 107,81 m² de área construída total. A edificação será composta por recepção, sala de reuniões, copa/cozinha, três sanitários, sendo um masculino, um feminino e um para pessoas com deficiência, e seis salas destinadas a escritório.

Análise Técnica

A atividade objeto do presente parecer refere-se à implementação da Sede Administrativa do Parque Natural Municipal Carijós, instituído pela Lei Ordinária n.º 1.275 de 21 de setembro de 2023. A edificação localizar-se-á na Travessa Carijós, n.º 206, bairro Samambaia, em Itapoá – SC. O imóvel encontra-se no perímetro urbano, na Zona de Proteção Ambiental – ZOPAM (Lei n.º 676/2016 e Lei n.º 131/2022), Bacia Hidrográfica do Rio Saí Mirim. A área está situada em Unidade de Conservação, a qual é majoritariamente coberta por vegetação nativa, classificada como Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas.

A atividade de Implementação da Sede Administrativa não consta na listagem de atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, aprovada pelas resoluções CONSEMA n.º 98/2017 e n.º 99/2017 e suas alterações, portanto, não está sujeita ao licenciamento ambiental ou cadastramento na forma da Resolução CONSEMA n.º 98/2017, cabendo somente a emissão da Declaração de Atividade não Constante (DAnC).

Conforme informado no memorial descritivo, a edificação será executada em alvenaria (estrutura em concreto armado com fechamento em blocos cerâmicos revestidos de argamassa cimentícia). Para a cobertura é prevista estrutura de “madeira de lei”, resistente ao ataque de organismos xilófagos, e telhas em fibrocimento. Os pisos serão executados em concreto com revestimento cerâmico.

Não poderão ser exercidas atividades que sejam passíveis de licenciamento, conforme disposto nas Resoluções CONSEMA n.º 98/2017 e n.º 99/2017 e suas alterações, até que seja emitida Licença Ambiental específica para respectiva atividade.

Controles ambientais

1. Alteração dos Níveis de Ruídos: ruídos gerados pelo empreendimento. Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes das atividades desenvolvidas na obra deverão estar em conformidade com os parâmetros preconizados na Resolução CONAMA n.º 001/1990,

a qual considera prejudiciais à saúde e ao sossego público os ruídos com níveis superiores aos limites estabelecidos pela Norma NBR 10151:2019 e suas alterações. As vibrações geradas na instalação e operação do empreendimento deverão ser controladas de modo a evitar incômodos ao bem-estar público. Realização de manutenção preventiva e periódica de equipamentos e maquinários. Respeito aos limites de velocidade.

2. Tráfego de Veículos: movimentação de veículos e pessoas na região durante a realização da obra e operação do empreendimento. Medidas de Controle: implantação de sinalização adequada para os transeuntes e motoristas. Respeito aos limites de velocidade. Umectação do solo e limpeza das vias de acesso quando necessário.

3. Geração de Resíduos Sólidos: a disposição inadequada de resíduos sólidos pode contaminar o solo e a água. Medidas de Controle: segregar por classes, coletar, acondicionar, armazenar, transportar adequadamente e viabilizar destinação/disposição final de acordo com as normas vigentes, (atendimento à ABNT NBR 10004:2004, à Lei Estadual n.º 14.675/2009 e suas alterações, à Resolução CONAMA n.º 307/2002, à Resolução CONSEMA n.º 114/2017 e à Portaria n.º 21/2019/IMA-SC). Resíduos perigosos eventualmente gerados deverão ser dispostos adequadamente em área coberta, sobre piso impermeável, para posteriormente serem destinados para empresa devidamente licenciada.

4. Contaminação por Fontes Difusas: eventuais vazamentos de óleos, graxa dos veículos e máquinas. Medidas de Controle: Verificar visualmente possíveis fontes de vazamento; realizar a manutenção apropriada dos veículos. No caso de eventuais vazamentos durante a execução das obras, interromper as atividades, isolar a área, promover o recolhimento dos resíduos gerados e dar a destinação final correta. Qualquer manutenção/abastecimento de maquinários dentro do empreendimento deverá ser realizada em área coberta, sobre piso impermeável circundado por canaletas conectadas a um sistema separador de água e óleo.

5. Comprometimento da Qualidade da Água, do Solo e do ar: a utilização de maquinários pode acarretar emissão de fluidos, carreamento de sedimentos e emissões de poluentes atmosféricos acima dos níveis permitidos. Medidas de Controle: fica vedado qualquer tipo de lavagem de peças e equipamentos em corpos d'água e em áreas adjacentes. Inspeção dos veículos e equipamentos averiguando a necessidade de manutenção. Atendimento às Resoluções CONAMA n.º 418/2009 e 491/2018. Quanto aos efluentes sanitários gerados, deverá ser realizada manutenção adequada do sistema proposto e de todos seus componentes, contemplando as trocas frequentes das pastilhas de cloro do clorador (ou correta gestão de outro meio de desinfecção de esgoto tratado) e remoção periódica do lodo excedente do sistema.

6. Supressão de Vegetação: não é prevista supressão de vegetação.

Condições de validade

1. Não poderão ser exercidas atividades que sejam passíveis de licenciamento, conforme disposto nas Resoluções CONSEMA n.º 98/2017 e n.º 99/2017 e suas alterações, até que seja expedida Licença Ambiental específica para respectiva atividade.

2. Os projetos arquitetônicos, de drenagem, hidrossanitários e os respectivos memoriais descritivos e de cálculo deverão ser submetidos à SEPLAN para obtenção do alvará de construção.
3. Em caso de captação de água subterrânea para abastecimento do empreendimento, deverá ser obtida outorga/dispensa de outorga através do SIOUT-SC.
4. Destinação adequada dos resíduos de banheiro químico, em caso de utilização, por empresa licenciada.
5. Os empreendimentos/atividades geradores de efluentes líquidos são obrigados a instalar caixa de inspeção antes e após os sistemas de tratamento dos mesmos.
6. Fica proibida a queima de resíduos sólidos ao ar livre, conforme legislação vigente, bem como o depósito de materiais e entulhos em locais inapropriados;
7. O empreendedor deverá respeitar, preservar e contribuir para a manutenção do equilíbrio ambiental de todos os componentes do ecossistema aonde a atividade será realizada;
8. As obras só poderão ser executadas de segunda a sexta das 07:00 às 18:00 e aos sábados das 08:00 às 13:00, ficando vedada a execução de atividades aos domingos e feriados.
9. A concessão da Declaração de Atividade não Constante não impedirá exigências futuras decorrentes do avanço tecnológico, modificações nas condições ambientais, nas atividades exercidas, ou alterações na legislação vigente.

Documentos que fundamentam o parecer

Requerimento de DAnC, Procuração, FCEI, Projeto Arquitetônico, memorial descritivo do empreendimento e respectiva RRT.

Conclusão

Ante ao exposto, este parecer é favorável à concessão de uma Declaração de Atividade não Constante, com validade de um ano, para construção dos blocos II e III da Sede Administrativa do Parque Natural Municipal Carijós, conforme requerido.

Local e data

Itapoá, 26 de Julho de 2024.

Equipe técnica

LEONARDO PIZZAIA PRETTI

Engenheiro Ambiental
CREA SC 191394-1
Matrícula n.º 12024856

O(A) requerente fica ciente de que:

- **ESTE PARECER NÃO AUTORIZA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO;**
- Este parecer foi elaborado com base na legislação ambiental vigente, considerando as atribuições e níveis de competência dos diferentes entes federados que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

- **Este parecer não substitui alvarás, certidões ou licenças de qualquer natureza exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal:**
- Deverão ser respeitadas todas as legislações ambientais vigentes, mesmo que não citadas no presente parecer;
- Este parecer tem validade de um ano a partir de sua emissão, desde que as características do empreendimento não se alterem ou entrem em vigor outras legislações ambientais.